



• Terça-feira de sol no Paraná. Não há alterações das condições do tempo em todas as regiões do Estado e, mais uma vez, teremos um dia com rápida elevação das temperaturas. Destaque também para a baixa umidade relativa do ar no período da tarde em muitas cidades.

Min: 12°C em Curitiba
Máx: 27°C em Londrina

Fonte: Simepar
Fechamento desta edição: 11:00 horas
Faça sua assinatura pelo fone (43) 3232-2568: R\$ 40,00 para entrega em Sertãozinho e R\$ 60,00 nos demais municípios, pelos Correios (Edição Comercial - Consultar valores para o Diário Oficial).

Diário da CIDADADE

Fundado em 20 de fevereiro de 2000 • Diretor e Jornalista Responsável Getúlio V Soares • Registro Profissional MTB 10776/PR
Terça-Feira, 23 de Junho de 2020 • ANO XIX • Edição N.º. 2161 • R\$ 2,00

SOJA - SACA 60 kg	
Dia	Preço
23/06/20.....	R\$ 97,00
MILHO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
23/06/20.....	R\$ 40,00
TRIGO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
23/06/20.....	R\$ 58,00

Fonte: Deral/Seab

PEC propõe 27 de dezembro como data limite para realização das eleições municipais

A PEC para adiar as eleições municipais de outubro para novembro tem dispositivo que permite novos adiamentos caso a situação sanitária do município ou do estado ainda esteja grave por causa do novo coronavírus.

A Proposta de Emenda à Constituição para adiar as eleições municipais deste ano é de autoria do senador Weverton Rocha, do PDT do Maranhão. Pelo texto, o primeiro turno será no dia 15 de novembro, feriado da Proclamação da República, e o segundo turno será no dia 29 de novembro, último domingo do mês.

A Proposta estabelece ainda que se a condição sanitária de um determinado município não permitir a re-

alização da eleição na data prevista, por causa do coronavírus, o Tribunal Superior Eleitoral poderá designar uma nova data, tendo como limite o dia 27 de dezembro deste ano.

O Ministério Público Eleitoral poderá, até 10 dias antes da eleição, pedir à Justiça um novo adiamento da votação, desde que o pedido seja fundamentado e com apoio da autoridade sanitária local.

Agora, se as condições sanitárias de todo um estado não permitirem a realização da eleição em novembro, será o Congresso Nacional quem deve designar uma nova data para o estado em questão, também com o prazo limite de 27 de dezembro de 2020.

A PEC apresentada ainda altera outras datas relativas à eleição deste ano.

As convenções partidárias para escolha dos candidatos, por exemplo, deverão ser feitas até o dia 16 de setembro e não mais até 5 de agosto como é normalmente. Já o registro dos candidatos na Justiça deve ser feito até o dia 26 de setembro e não mais 15 de agosto, como ocorria nas eleições anteriores.

E a propaganda eleitoral, inclusive na internet, que começaria no dia 15 de agosto, começará apenas no dia 26 de setembro. Isso caso a proposta seja aprovada da forma como foi apresentada.

Fonte: radioagenciaciona-
cional.abc.com.br



Governo investe R\$ 1 milhão na proteção da fauna silvestre

O Governo do Estado está investindo R\$ 1 milhão em um conjunto de ações para a preservação da fauna silvestre. Os recursos serão aplicados em iniciativas pró-fauna, voltadas para a gestão e conservação de espécies presentes no bioma paranaense e na educação ambiental.

Entre as Iniciativas Pró-Fauna está a implantação e a manutenção de Centros de Apoio a Fauna Silvestre (Cafs) e de Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), estrategicamente distribuídos no Estado. Os equipamentos são resultados de parcerias com apoiadores da causa, implantados para o recebimento, triagem, tratamento, reabilitação e destinação de fauna

silvestre nativa e exótica apreendida em todo o Estado.

Além desses centros, há outras medidas e projetos já em andamento. Alguns exemplos são o Prode-Fauna – para promover a gestão de fauna silvestre compartilhada com os municípios – e o cadastramento de áreas de soltura e de reabilitação de animais silvestres, que integram o programa Voo Livre.

De acordo com o secretário estadual do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Márcio Nunes, o investimento se deu em virtude da urgência de mudança de comportamento em relação à gestão e ao manejo dos animais em situação de risco e de ilegalidade.

“São esforços compartilhados e empenhados entre o Instituto Água e Terra e demais atores desse processo para melhorar efetivamente a situação da fauna vitimada”.

O presidente do Instituto Água e Terra, Everton Luiz da Costa Souza, ressalta que o órgão ambiental ainda estuda outras formas de apoio financeiro a estes centros. A ideia, diz ele, é que novos Cafs sejam implantados de forma estratégica no Estado, ampliando a fiscalização de ilícitos praticados contra a fauna, sobretudo o tráfico de animais.

Souza cita, ainda, que o funcionamento dos Cafs e dos Cetas previstos conta com o estabelecimento de diferentes tipos

de parcerias que estão em vias de formalização, especialmente com prefeituras e instituições de ensino e pesquisa que detêm os cursos de Medicina Veterinária e Biologia.

“Para atuar com estes centros, o Instituto Água e Terra fará o cadastramento de áreas de soltura de animais silvestres, as chamadas Asas, e de áreas de reabilitação de animais silvestres, as Aras, no âmbito do Programa Voo Livre, programa lançado recentemente”.

NA PRÁTICA

Os Cafs e Cetas são centros parceiros, planejados e distribuídos estrategicamente no Paraná, para tratamento da fauna silvestre vitimada pelo comércio ilegal, tráfico, cativeiro irregular e de maus-tratos. Essas parcerias ampliam a ação dos escritórios regionais do Instituto Água e Terra e do Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde.

Estão previstas inicialmente a implantação e a manutenção de cinco Cafs e de um Cetas mediante de recursos aprovados junto ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema), além de outros recursos provenientes do Programa de Conversão de Multas e de condicionantes do licenciamento ambiental, ainda em estudo para implantação.

Conforme desta-

ca a bióloga Paula Vidolin, doutora em Conservação da Natureza e coordenadora do Setor de Fauna do Instituto Água e Terra, os recursos previstos contemplam, ainda, a implantação de um sistema estadual de marcação individual dos animais silvestres apreendidos, possibilitando a rastreabilidade após a destinação final das espécies.

PRODE-FAUNA

Programa de Defesa da Fauna Silvestre visa promover a gestão de fauna silvestre compartilhada com os municípios, oferecendo alternativas para a execução das ações de fiscalização, apreensão, resgate e destinação, além da capacitação de equipes técnicas das áreas de manejo de fauna, dentro e fora do seu

ambiente natural, para um atendimento mais eficaz.

De acordo com Paula, alguns municípios têm manifestado a preocupação e o interesse de agir e adotar providências em relação às necessidades da fauna silvestre. Nesse sentido, o IAT definiu alguns arranjos locais, considerando cenário favorável para a gestão de fauna compartilhada com o Estado, sobretudo para a implantação e manutenção dos Cafs ou Cetas ou para Aras e Asas.

A partir desse diálogo surgiu o Cetas Metropolitanano, um projeto-piloto de implantação e manutenção do Centro de Triagem de Animais Silvestres que atenderá, principalmente, Curitiba e Região Metropolitana – apenas os municípios envolvidos

na parceria. Em breve, o instituto deve divulgar o formato e critérios de funcionamento.

No projeto consta a criação, em caráter experimental, do Atendimento Móvel de Animais Silvestres (Amas), especialmente sinantrópica, cujas interações e o convívio com a população humana são vistos de forma negativa. O Amas tem como objetivo a execução de atividades de suporte ao resgate e retirada de fauna silvestre que esteja em risco ou causando risco à população.

A partir da obtenção e avaliação dos resultados deste projeto-piloto, a ideia é estender o modelo de gestão compartilhada para todo o Estado do Paraná.

Fonte: aen.pr.gov.br

